

NOTIFICAÇÃO DO FABRICANTE - AUTODESK - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

De Vinicius Grassi <vinicius.grassi@autodesk.com>
Data Qua, 06/05/2026 18:37
Para COMPC/DIRAT/FNDE <COMPC@fnde.gov.br>

📎 3 anexos (628 KB)
Carta_Distribuicao_Oficial.pdf; Lista_Revendas_Autorizadas_Abr2026_Docusign.pdf; Carta_Implementação_Autodesk.pdf;

Geralmente, você não recebe emails de vinicius.grassi@autodesk.com. [Saiba por que isso é importante](#)
Estimado(a) Pregoeiro(a), bom dia.

Meu nome é Vinicius Grassi e sou Gerente Comercial de Parcerias da Autodesk, Inc. ("Autodesk"), uma desenvolvedora multinacional de software de arquitetura, engenharia, construção, design, manufatura e entretenimento, sendo a Autodesk do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ 00.015.972/0001-50, uma subsidiária integral da Autodesk e única representação legal desta última em território brasileiro.

Na qualidade de titular dos direitos de propriedade intelectual sobre seus softwares, a Autodesk, por meio deste, **NOTIFICA formalmente essa Administração Pública**, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90007/2026, Processo Administrativo nº 23034.002603/2025-11 **acerca de aspectos técnicos relevantes que podem impactar diretamente a exequibilidade e legalidade da contratação de produtos Autodesk.**

Conforme disposto, o objeto contempla o fornecimento de licenças de uso de software Autodesk.

A Autodesk esclarece que:

Até a presente data a Autodesk não possui como revenda autorizada nenhuma empresa classificada pela Receita Federal do Brasil como sendo Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme cartas em anexo.

Solicitamos que nossos clientes certifiquem-se da cadeia de fornecimento legal do licenciamento de uso do software assim como sobre a autenticidade e legalidade das licenças revendidas ANTES DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO, através do e-mail vinicius.grassi@autodesk.com OU Licensecompliancebrazil@autodesk.com

Adicionalmente, cumpre alertar para a necessidade de verificação da origem das licenças a serem fornecidas pelas empresas classificadas, especialmente considerando que as licenças devem ser adquiridas exclusivamente por meio de distribuidores autorizados no Brasil - conforme carta em anexo, inexistindo validade para licenças provenientes de canais não reconhecidos pela Autodesk.

Nesse contexto, recomenda-se que o Pregoeiro(a), no exercício do poder-dever de diligência previsto na Lei nº 14.133/2021, **solicite à empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar a comprovação da cadeia de fornecimento das licenças ofertadas**, incluindo a identificação do distribuidor de origem, forma de aquisição e possibilidade de ativação regular junto ao fabricante.

Tal medida não configura inovação de exigência, mas sim procedimento necessário para **assegurar a exequibilidade da proposta e a legalidade do objeto contratado**, evitando a aquisição de licenças irregulares, não reconhecidas pelo fabricante ou sem validade jurídica, o que poderia comprometer a execução contratual e expor a Administração a riscos de nulidade e responsabilização.

Na hipótese de eventual contratação irregular, a Autodesk adotará as medidas legais cabíveis, inclusive no âmbito de auditoria e responsabilização, nos termos da Lei nº 9.609/1998 (Lei do Software) e da Lei nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais).

Não reconhecemos como revenda autorizada Autodesk:

- WIN SOFTWARE WORLD
- LICENTECH GLOBAL TECHNOLOGIES
- CANTARINO BARCELOS SISTEMAS E TEC.

SOBRE A EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

Não se trata de restrição à competitividade, mas de **verificação objetiva da exequibilidade do objeto contratado**.

Considerando que o objeto envolve **licenciamento válido de software**, é fundamental que:

- as licenças sejam **ativas, regulares e reconhecidas pelo fabricante**
- sejam passíveis de **ativação no ambiente Autodesk**
- garantam **suporte e atualizações oficiais**

Nesse sentido, propostas apresentadas por empresas que **não demonstrem acesso a canal legítimo de fornecimento**, especialmente para produtos como Autocad, podem se revelar:

- inexecutáveis
- incapazes de cumprir o objeto
- irregulares sob o ponto de vista jurídico

SOBRE A NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do próprio edital, é facultado ao Pregoeiro realizar diligências para:

- verificar a exequibilidade das propostas
- confirmar a legalidade do objeto ofertado

Dessa forma, **recomenda-se expressamente** que, antes da aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, sejam solicitados elementos que comprovem:

- a origem das licenças
- a possibilidade de ativação junto ao fabricante
- a regularidade do licenciamento

SOBRE A ANÁLISE SUCESSIVA DAS PROPOSTAS

Caso não seja demonstrada a exequibilidade da proposta, o próprio edital prevê:

a desclassificação da proposta e a convocação das subsequentes, na ordem de classificação

Nesse contexto, a adequada verificação técnica das propostas:

- não configura restrição
- não altera regras do edital
- **apenas assegura que o contrato seja executável**

RISCO À ADMINISTRAÇÃO

A contratação de licenças sem cadeia legítima de fornecimento pode resultar em:

- impossibilidade de ativação
- bloqueio de licenças
- ausência de suporte oficial
- nulidade contratual

Caracterizando risco direto ao erário e à continuidade dos serviços públicos.

Observação sobre a habilitação:

Nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133/2021, a habilitação de empresa exige a demonstração de autorização específica para o exercício da atividade objeto da contratação, quando cabível.

Assim, ao habilitar empresa que não detém capacidade e para assumir com as obrigações do edital e autorização para comercializar determinado produto de determinada empresa — como, por exemplo, licenças de software da Autodesk cuja distribuição cabe a revendedores autorizados ou origem de aquisição de licenças —, o servidor público envolvido pode responder por eventual dano ao erário, conforme previsto no art. 8º, §1º da mesma lei.

Sendo assim, eventual contrato firmado com empresa não credenciada não terá como ser executado validamente com a disposição de licenças genuínas, expondo a Administração a riscos de descumprimento contratual, nulidade do certame e responsabilidade administrativa.

Tal direito - de decidir como comercializar seus produtos - é amplamente garantido pela legislação brasileira.

Observação sobre Decisões de Negócio

A Lei nº 9.609/1998 (especialmente em seus Artigos 7, 8 e 9), também conhecida como Lei do Software, em conjunto com a Lei nº 9.610/1998 (Lei dos Direitos Autorais – especialmente em seus Artigos 28, 29 e 87), garantem aos fabricantes de softwares nacionais e estrangeiros com entidades legais estabelecidas em território nacional não somente a propriedade intelectual e os direitos autorais de seus softwares, mas também o direito exclusivo de reproduzir, distribuir, modificar e comunicar ao público sua obra.

Assim, é prerrogativa exclusiva da Autodesk Inc. através de sua subsidiária Autodesk do Brasil Ltda. e garantida através das leis supracitadas decidir a melhor maneira de comercializar a licença de uso de seus softwares em território nacional, seja de maneira direta e/ou através de revendedores autorizados, uma vez que a Lei de Licitações Públicas vigente (Lei nº 14.133/2021) não estabelece e muito menos obriga que os fabricantes de software vendam suas licenças através de um determinado modo.

A exigência de que uma revenda seja autorizada pela Autodesk para comercializar determinadas licenças de software é de ordem técnica, dada a especificidade de uso destes softwares e obedecendo ao Art. 8 do Capítulo III da Lei 9.609/1998. Uma revenda autorizada Autodesk tem a capacidade e saúde financeira suficiente para não somente entregar as licenças de uso genuínas (e, portanto, livres de malwares, vírus e outras ameaças digitais), mas também está tecnicamente habilitada a prover suporte pós-venda necessário a este software e prover as garantias exigidas por lei.

Recusa de Ativação e Inviabilidade Contratual

- Esperar o momento de assinatura para verificar a habilitação de licença acarretará inviabilidade de todo o processo. O fato - sabidamente - de uma licença Autodesk ser genuína é a garantia expressa diretamente do fabricante, detentor do licenciamento de uso do software. Portanto, não há sentido em não validar essa condição antes da finalização do certame. A Autodesk não fornece licenças válidas de seus softwares a empresas que não integrem sua rede de revendedores autorizados, exceto para determinados produtos como o AutoCAD, AutoCAD LT e Revit LT.

Comunicação a Órgãos de Controle

- Caso a Administração insista na contratação de empresa irregular, a Autodesk e/ou seus canais autorizados se reservam ao direito de **comunicar o fato aos órgãos de controle competentes**, a fim de assegurar a legalidade do processo licitatório.

Por fim, lembramos de que a aquisição de licenças de software da Autodesk de revendedores não autorizados expõe os usuários a vários riscos, inclusive:

- Malware e ameaças à segurança: softwares ilegítimos geralmente apresentam vulnerabilidades que podem destruir ou comprometer dados, inclusive o trabalho dos usuários.
- Mau funcionamento do software: há uma chance maior de o software não funcionar corretamente ou falhar completamente, o que pode causar problemas de segurança, qualidade ou integridade nos projetos, processos, produtos ou estruturas dos usuários.
- Falta de suporte: os revendedores não autorizados não fornecem o suporte e as atualizações necessárias para manter o software funcionando de forma eficaz.
- Consequências legais: a compra de software não licenciado ou pirateado viola as leis de propriedade intelectual vigentes no país e internacionalmente, e pode resultar em multas e/ou ações legais por parte da Autodesk e/ou seus parceiros autorizados.

A Autodesk permanece à disposição para esclarecimentos técnicos que auxiliem essa Administração na correta contratação de produtos legalizados Autodesk.

Atenciosamente,

Vinícius Grassi

Principal Partner Business Consultant

Autodesk Brazil

www.autodesk.com.br

 **AUTODESK** Make Anything